
Mídia, eleições e transfobia: análise das mensagens no *Instagram* da candidata

Duda Salabert (PDT)¹

Luiz Ademir de OLIVEIRA²

Arthur RAPOSO GOMES³

João Carlos de SOUSA⁴

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

RESUMO: O artigo discute transfobia, política e mídia, tomando como objeto de análise as postagens feitas pela então candidata à deputada federal em Minas Gerais, Duda Salabert (PDT), que teve 208 mil votos e se tornou a primeira mulher trans a ocupar uma vaga no Congresso Nacional, juntamente com a deputada Erika Hilton (PSOL-SP). Em sua campanha em 2022, ela fez 68 postagens no *Instagram*. O trabalho faz um mapeamento das temáticas acionadas, em que a pauta socioambiental foi a mais acionada (24 postagens). Remete, porém, ao debate sobre identidades, orientação sexual, gêneros e universo trans num contexto de uma sociedade midiaticizada, com um consumo cada vez mais híbrido de mídias massivas e digitais. Em suas postagens, Duda denunciou também as cinco ameaças de morte que recebeu na campanha por transfobia.

Palavras-Chave: Corporalidades; *Instagram*; Gêneros; Transfobia; Duda Salabert;

1 Introdução

Em 2022, o Brasil manteve-se recordista no número de assassinatos de pessoas trans, sendo que foram registrados com requintes de crueldade. Segundo Pinheiro (2022), relatório da Transgender Europe (TGEU), que monitora dados levantados por instituições trans e LGBTQIAP+, 70% de todos os crimes registrados aconteceram na América do Sul e 33% no Brasil. Foram 89 mortes em 2021. Sabe-se, de antemão, que os números levantados estão distantes da realidade, tendo em vista que as instituições têm dificuldades de mapear todos os assassinatos e muitos casos são silenciados.

¹ Artigo submetido à GP 15 - Estéticas, Políticas do Corpo e Interseccionalidades do 46º Encontro Anual da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (INTERCOM), que acontece de 05 a 08 de setembro de 2023, na PUC-Minas, em Belo Horizonte – MG.

² Bolsista de Produtividade – Nível 2 do CNPq, desde março de 2023, docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Letras (PROMEL/UFSJ) e do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Mestre e Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ. Agradeço o apoio financeiro tanto do CNPq pela Bolsa de Produtividade quanto pelo PROMEL/UFSJ pelo incentivo à participação no evento. E-mail: luizoli@ufsj.edu.br.

³ Mestre e Doutorando em Comunicação Social pelo PPPGCOM/UFJF, atualmente é professor substituto do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFSJ. E-mail: arthurraposogomes@gmail.com.

⁴ Graduando do 8º período do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei, bolsista do Programa de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFSJ), sob a orientação do professor Luiz Ademir. E-mail: js86633@gmail.com.

Gênero, orientação sexual e situação social são marcadores sociais, que apontam para a vulnerabilidade dessas vítimas. Na eleição de 2022, foram eleitas, pela primeira vez na história do país, duas mulheres trans: Duda Salabert (PDT-MG) e Erika Hilton (PSOL-SP), um marco para a democracia brasileira. Nas postagens do *Instagram*, Duda Salabert denuncia as ameaças de morte, que recebe desde 2020, quando se tornou a vereadora mais votada em Belo Horizonte. Tais mensagens se intensificaram em 2022, de autoria de grupos neonazistas de extrema-direita. Ela denuncia, ainda, a realidade trans, em que 90% das pessoas trans estão fora do mercado de trabalho formal e sem acesso ao ensino básico.

As falas impactantes da deputada Duda Salabert, eleita com mais de 208 mil votos por Minas Gerais, denuncia a transfobia, que torna o Brasil recordista em assassinatos de pessoas trans. O cenário tornou-se mais violento com a vitória de Jair Bolsonaro, em 2018, quando a extrema-direita ocupou o poder e, no seu governo, atacou, insistentemente, os grupos minorizados, como povos originários, mulheres, negros e a comunidade LGBTQIAPN+. Como frisa Duda Salabert, além da violência e das ameaças às trans e travestis, em geral, são negados o direito ao ambiente familiar e o direito à educação, não por regras impostas, mas pela forma como são excluídas e levadas à prostituição para sobreviverem.

Ao fazer uma análise das estratégias comunicacionais de Duda Salabert, no *Instagram*, de 31 de julho de 2022 (quando lançou a sua candidatura à deputada federal) até 20 de novembro (na comemoração da vitória de Lula), identifica-se uma liderança política de múltiplas facetas. Trans, ambientalista, vegana e professora de Literatura, Duda transita em diversas áreas da política. Mas a sua principal bandeira não é focada nas questões identitárias apesar de frisar sempre a sua orientação sexual como uma forma de enaltecer a luta dos grupos minorizados. Das 68 postagens feitas, verificou-se que a principal temática acionada foi a pauta socioambiental, com 17 mensagens (25%).

Duda Salabert fez seis postagens tratando da violência política, das ameaças de morte que recebeu. Desde que se candidatou ao Senado em 2018, passou a ser alvo de ataques da extrema-direita, sendo os mais graves de grupos neonazistas de São Paulo. São mensagens de e-mail e bilhetes com ameaças à vereadora e à sua família. Duda é casada desde 2011 com a professora Raisal Novaes e têm a filha Sol, de três anos. Com o clima de insegurança, passou a contar com escolta policial e foi votar com colete à prova de balas.

O artigo traz um debate sobre estratégias de comunicação eleitoral, de discussões de gênero e de transfobia e parte das seguintes questões: quais as estratégias de comunicação da vereadora e candidata à deputada federal no Instagram na disputa eleitoral de 2022 a uma vaga na Câmara dos Deputados? Quais foram as temáticas mais acionadas? Que formatos foram mais utilizados na rede social? Para isso, foram coletadas e analisadas 68 postagens do *Instagram* da candidata, em 2022, sob a ótica da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

2 Identidades, gêneros e o universo trans

Numa sociedade cada vez mais marcada pelo efêmero e pelas transmutações, a ideia de identidade torna-se mais fluida e se tornou fragmentada (HALL, 1997). Se as identidades são cada vez mais efêmeras e plurais, conforme Hall (1997), por outro lado, a sociedade avançou pouco em relação a estigmas tão enraizados na vida social, que se refletem em outros campos sociais, como o machismo, o racismo e a LGBTfobia. Goffman (1982) discute estigmas e analisa os diferentes aspectos da situação da pessoa estigmatizada, sejam os delinquentes, as prostitutas, os ciganos, os mendigos e até os músicos de *jazz*. O autor explica que tais pessoas são consideradas inseridas numa espécie de negação coletiva da ordem social. Tal debate remete às vivências da popularização LGBTQIAPN+, negros, mulheres, já que, na sociedade, prevalece a ideia de que a dominação está nos grupos dominantes: gênero (dominação masculina), raça (branca), heteronormativa e cisgênero. O autor afirma que o diferente é visto como inferior, uma “deformação” ou “anormalidade”. Justifica-se, porque, até o fim do século XIX, a Psiquiatria definia “homossexualismo” como uma doença a ser tratada. Em 1973, a partir de lutas contra o preconceito, tal visão foi mudada e adotou-se o termo homossexualidade por entender que não se trata de patologia, mas de orientação sexual.

A população LGBTQIAPN+ é um dos principais alvos de ataques numa sociedade conservadora e heteronormativa. Isso remete ao debate sobre gênero. De acordo com Alves (2020, p. 59), expressão de gênero refere-se a um conjunto de elementos acionados pelos sujeitos para se apresentar num determinado gênero e “se materializa nos comportamentos, nos gestos, nas regras sociais, nas coisas, nos sujeitos, nas cores, nos lugares, nos objetos, nos corpos, nos hábitos, nas instituições e também nas produções culturais humanas”. Tal é a distinção entre cisgênero – para os que se identificam com o mesmo sexo que nasceram; e trans para os que se identificam com o

sexo oposto, além de outras configurações de gênero, tendo em vista que se entende que se trata de algo fluido e mutável ao longo da vida.

Outro conceito remete à orientação sexual. Para Valença e Carvalho (2019 *apud* SANTOS, 2020), a orientação sexual refere-se à indicação por quem uma pessoa se sente atraída, sexual e/ou afetivamente. A atração pode ser por pessoas do mesmo sexo, do gênero oposto, pelos dois ou nenhum. Segundo Valença e Carvalho (2019 *apud* SANTOS, 2020), a orientação sexual não se vincula à identidade de gênero, mas à forma como ela se posiciona ou se percebe no mundo. Tem-se, hoje, a ampliação da sigla e da compreensão de gêneros – LGBTQIAPN+, que incorpora lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, transgêneros, intersexuais, assexuais, pansexuais e não binários. Há que se levar em conta, porém, que as identidades são fluidas e em permanente construção social, para não ter a necessidade de enquadrar as pessoas, que podem assumir comportamentos diferentes em determinadas situações sem serem rotuladas.⁵ Santos (2020) explica que as categorias trans e travestis se relacionam a posicionamentos de orientação sexual desta população, indiferentemente se foi feita ou não a cirurgia de redesignação sexual, procedimento cirúrgico em que o órgão genital passa por alterações, a fim de apresentar elementos desejados pela(o) paciente, levando a se identificar melhor com o gênero que deseja vivenciar como tal.

⁵ **L (Lésbica):** é uma mulher (cisgênero ou transgênero) homossexual, ou seja, que sente atração sexual ou romântica exclusivamente por mulheres (também cis ou trans); **G (Gay):** é um homem (cisgênero ou transgênero) homossexual, ou seja, que se sente atraído exclusivamente por outros homens (também cis ou trans); **B (Bissexual):** pessoa que tem a atração romântica ou sexual voltada tanto para pessoas do mesmo gênero quanto para pessoas de gêneros diferentes; **T (Transexual):** pessoa que tem uma identidade de gênero que difere do sexo atribuído no nascimento. Uma pessoa transexual pode ter nascido com características físicas e anatômicas de um determinado sexo, mas sua identidade de gênero é oposta a essa designação. Pessoas que não são transgênero são chamadas de cisgênero, isto é, têm a mesma identidade de gênero do sexo atribuído ao nascimento; **Q (Queer):** é um termo inclusivo usado para descrever pessoas cuja identidade de gênero ou orientação sexual não se enquadra nas categorias de masculino e feminino, ou heterossexual e cisgênero. Historicamente, queer era um rótulo pejorativo, mas foi reapropriado e adotado pela comunidade LGBTQ+ como uma forma de resistência e afirmação; **I (Intersexual):** pessoas que nascem com variações biológicas em relação às características sexuais típicas atribuídas aos sexos masculino e feminino. Pessoas intersexuais podem apresentar diferenças nas características genitais, cromossômicas ou hormonais que não se encaixam nas definições tradicionais de homem ou mulher; **A (Assexual):** orientação sexual em que uma pessoa experimenta pouco ou nenhum interesse sexual por outras pessoas, mas o fato de não ter atração sexual não significa que eles não possam experimentar atração romântica, afetiva ou emocional por outras pessoas; **P (Pansexual):** as pessoas desenvolvem atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas independentemente de sua identidade de gênero; **N (Não Binário):** pessoas que não se identificam exclusivamente como homens ou mulheres. Elas podem se identificar como ambos, nenhum ou um gênero diferente do tradicionalmente masculino ou feminino; e + + além dessas identidades, o símbolo “+” representa todas as outras orientações sexuais, identidades de gênero e expressões de gênero que não são abarcadas pelas letras da sigla principal. Ver em Site REFRESH. Glossário da diversidade: saiba o que significa cada letra da sigla LGBTQIAPN+. Disponível em <https://www.2refresh.com.br/2023/06/glossario-da-diversidade-saiba-o-que-significa-cada-letra-da-sigla-lgbtqiapn/>. Acesso em 20 de julho de 2023.

Hoje, os olhares sobre a população LGBTQIAPN+ foram ampliados, tanto em busca de representatividade social, como na mídia e também no mundo acadêmico. Em decorrência disso, Sofia Favero (2020), ao propor uma ética pajubariana nos estudos que discutam pessoas trans, afirma que a inserção de mulheres trans e travestis no universo acadêmico como pesquisadoras aponta um deslocamento do lugar de “pesquisadas” para a de “pesquisadoras”. Ela entende que é necessária a criação de uma ética capaz de conciliar os esquemas linguísticos e cosmológicos (ética pajubariana) com o cenário científico atual. O intuito do artigo de Favero (2020) é problematizar as formas como tais agenciamentos podem ser potencializados na esfera acadêmica.

Ao traçar um panorama das pesquisas desenvolvidas sobre travestis e mulheres trans, no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, no Brasil, Favero (2020) afirma que, nos anos 90 do século XX, emergiram os estudos com foco voltado ao trabalho sexual ou à proposta etnográfica.⁶ Na primeira década do século XXI, segundo Favero (2020), o campo, até então chamado de travestilidade, passou a ser rotulado como “estudos trans” ou “questões trans” e priorizou disputas de despatologização do gênero, que incluía a presença já de ativistas trans no universo científico. Numa terceira fase, tem-se a chegada no Brasil do “transfeminismo”, a partir dos anos 2010, que estimulou a criação de organização políticas dessa população. A quarta fase engloba o transfeminismo e a maior politização da diversidade sexual e de gênero na esfera pública – perpassados pelo contexto digital –, mobilizações de pessoas trans, que excedam os moldes tradicionais de fazer política. Relaciona-se à abertura possibilitada pelo ciberespaço, com a facilidade de se criar canais para dar voz a grupos silenciados pela grande mídia. Ademais, ela destaca a inserção de pesquisadoras trans e travestis, na academia, espalhadas pelo país com publicações autorais.⁷

Na perspectiva de Favero (2020), muitos estudos são voltados para entender a inserção da população trans no universo escolar. Como reflexo da sociedade heteronormativa, prevalecem, no ambiente escolar, homens e mulheres cis e posturas estigmatizantes em relação à população LGBTQIAPN+, sendo, muitas vezes, mais

⁶ Trata-se, segundo Favero (2020, p. 3), de “trabalhos que serviram para retratar a condição precária em que estavam situadas, expondo os contextos culturais e econômicos que se desdobravam, geralmente, por meio de uma discussão acerca da prostituição na Lapa (RJ) e no Pelourinho (BA)”.

⁷ Favero (2020, p.4) menciona diversas pesquisadoras travestis e trans, que estão espalhadas pelo Brasil, como é o caso de Bia Bagagli (UNICAMP), Viviane Vergueiro (UFBA), Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ), Emilly Mel Fernandes (UFRN), Alícia Krüger (UEPG), Fran Demétrio (UNB), Megg Rayara (UFPR), Adriana Sales (UNESP), Luma Andrade (UNILAB), Ariane Senna (UFBA), Rebecka de França (UFRN), Marini Bataglin (UFRGS), Sofia Favero (UFRGS) e tantas outras.

violentos em relação a determinados grupos. Santos (2020) afirma que as escolas, os hospitais e as instituições sociais, em geral, têm gênero e marcadores sociais, de estratificação social e de raça. Assim, a violência contra as pessoas trans acionam vários tipos de estigmas: gênero, orientação sexual, *status* social e raça. São marcadores sociais, enraizados no machismo, na transfobia e no racismo estrutural.

Enquanto Thales dos Santos (2020) lança um olhar sobre o ensino médio em seu trabalho para entender como se configuram os estigmas em relação à população LGBTQIAPN+, Sofia Favero (2020) trata da sua trajetória acadêmica – graduação e mestrado, por ser uma pesquisadora travesti num universo marcado pela ordem heteronormativa e cisgênero, e foca no estudo de “crianças trans”. Assim como Santos, ela também enfatiza que “escola”, “clínica” e “família” são espaços com algo em comum, ao reagirem à posição de uma travesti ou de uma trans de forma diferente das posições que têm quando se trata de pesquisadora cisgênera. Tais incômodos ocorrem pelos olhares, comentários e condutas estigmatizantes. Favero afirma que tanto graduação como no mestrado sofria violência simbólica⁸ e relata que, no mestrado, acionou o “lugar de fala” como travesti para desenvolver a sua dissertação de mestrado.

Com efeito, estou falando em primeira pessoa. Não é uma decisão impensada, uma vez que busquei, ao longo do processo de escolha de um tema para a pesquisa na referida dissertação, articulá-lo a mim de algum modo. Assim, passei a estudar infância e transexualidade, mas não somente porque fui criança ou fui travesti/trans um dia. Existia um cenário controverso de revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), assim como uma série de debates sobre Ideologia de Gênero e Escola Sem Partido no Brasil. As investidas diagnósticas e as ofensivas antigênero estavam regulando o debate sobre ‘transexualidade infantil’. E diante desse contexto, gostaria de expor algumas trilhas que eu e minha orientadora percorremos ao utilizar diversas perguntas norteadoras como veículos de condução para a pesquisa – aviso, de antemão, que ser travesti era um dado que aparecia em todos eles (FAVERO, 2020, p. 5).

⁸ Favero (2020, p.13) cita o seu “incômodo” quando, ao fazer Psicologia numa instituição católica, conviveu com diversos tipos de estigmas e violências, seja pelos olhares como até por questionamentos feitos por sua supervisora, quando, na entrega do relatório de estágio, foi interpelada pela professora se “ela estava bem”, sugerindo que pudesse ter extrapolado suas questões subjetivas no relatório. “Quando o relatório foi corrigido, me lembro de ter sido chamada para conversar. Não existiam problemas na escrita. Teoricamente estava coerente. Mas a supervisora me questionou sobre o que é que estava acontecendo comigo, pois havia sentido que meu texto estava muito inflamado. Respondi algo relativo a ter escrito sobre o que o campo tinha me mostrado. Perguntou se eu estava bem. Não da forma que costumeiramente se pergunta: como vai você? E sim no sentido ‘você está bem?’ com as sobrancelhas incrédulas e enrugadas, que deixa na boca um gosto amargo de cobrança” (FAVERO, 2020, p. 14).

Na pesquisa de mestrado sobre “infância e gênero”, Favero (2020) afirma que mudou várias vezes o percurso metodológico sobre quem seriam os entrevistados.⁹. No final, optou por estudar os modos pelos quais os discursos e práticas da clínica bem como os discursos e práticas dos movimentos sociais se articulavam na produção do que se chamava de “criança trans”. Segundo Favero (2020, p.7), nos estudos sobre trans e travestis, o que se questiona é que, para fazer uso político de algo, é preciso que tal questão seja historicizável e que possa se conectar. A autora questiona como muitas pesquisas lançam um olhar, baseado na política do relato, para procurar compreender as mulheres trans e travestis a partir da ênfase nas suas vulnerabilidades sociais, ficando subentendido que a vivência trans está atrelada a sofrimento, colocando-as num lugar de vitimização: “Dessa forma, aqueles que não são necessariamente marcados por percursos vitais tidos como ‘sofridos’ ou que não trazem consigo os aspectos identitários necessários, podem ter acesso negado a suas autobiografias” (FAVERO, 2020, p.9). Ela enfatiza que o sentido de vitimização gera simplificação.

Segundo Favero (2020, p.10), outros problemas emergem nas pesquisas que tratam de trans. Além de enquadrar trans sob a ótica da vitimização, a autora aponta que se criam expectativas de que “travestis e mulheres trans posicionem-se subjetivamente em seus empreendimentos acadêmicos, como se a alternativa da privacidade se tornasse uma impossibilidade para as mesmas” (FAVERO, 2020, p. 9). Já às pessoas cis, não se pede para se posicionarem sobre orientações sexuais e/ou gêneros. Um terceiro problema diz respeito às próprias vivências dos grupos, que devem ser compreendidas como heterogêneas, permeadas, também, por conflitos, e não como um bloco homogêneo. A autora cita como exemplo o fato de Thammy Miranda (PP), um homens trans famoso, eleito vereador em São Paulo em 2020, era filiado ao PL de Bolsonaro. Em 2022, apesar de ter migrado para o PP quando disputou uma vaga de deputado sem se eleger, estava na sigla de sustentação da direita, aliando-se a grupos que têm como

⁹ A pesquisadora Sofia Favero (2020, p.5) relata que, na dissertação de mestrado em Psicologia, pensou, primeiramente, em entrevistar funcionários de escolas para verificar o que os levava a classificar alguns estudantes como trans, mas avaliou ser difícil ter locais que acatassem a sua proposta. Num segundo momento, pensou em trabalhar com famílias, mas entendeu que a presença de uma pesquisadora travesti poderia fazer com se confirmassem os diagnósticos das crianças trans, tornando-se uma situação invasiva. A terceira opção era entrevistar pessoas trans e travestis, mas estava esgotada de dar entrevistas para trabalhos acadêmicos, sem ver impacto social e sobre a população trans, o que seria reproduzir essa lógica. Favero afirma que, diferente da proposta inicial, que se destinava a entender como a revisão da CID estava intervindo na infância a partir dos novos diagnósticos em questão, ela optou por compreender os modos pelos quais os discursos e práticas da clínica bem como os discursos e práticas dos movimentos sociais se articulavam na produção daquilo que é chamado de “criança trans”.

agenda o combate à população LGBTQIAPN+ em que ele está inserido. Por outro lado, em 2020 e 2022, a trans Erika Hilton elegeu-se vereadora e deputada federal em São Paulo, mostrando os embates tanto de lutas nos movimentos trans como na política.

Quanto à ética pajubariana, Favero (2020, p.15) explica que o termo pajubá – de tradição yorubá e nagô – popularizou-se após ser incluído no ENEM de 2018, em que uma questão fazia referência à linguagem adotada pelas travestis aos estudantes. A autora explica que, no universo acadêmico, pajubá já foi utilizado por diversos pesquisadores, que se interessam pelos estudos raciais, sexuais e de gênero.¹⁰ Para ela, pensar uma ética pajubariana não é somente um modo diferente de chamar determinada postura política frente a uma pesquisa, mas se trata de reconhecer as apurações marcadas pela travestilidade como encadeadas pela relação, que elas têm com seus campos. Não é apenas a transgressão da linguagem que está em debate, mas o tangível rompimento com um modo “seguro” de obtenção de dados. Favero (2020, p. 16) afirma que “pajubar a ética é cavar outras hipóteses, mudar a forma de fazer perguntas. E não significa que tal perniciosidade pode ser feita apenas pelas travestis, pois até pelos que com elas se envolvem em seus cotidianos laborais são capazes de fazê-lo. Ora, um simples “estou contigo” ou “estamos juntas” ditos por alguém em posição de docência a uma aluna travesti já é uma conduta pajubariana” (FAVERO, 2020, p.16). Segundo a autora, não basta chocar por que estuda travestilidade, mas entender que até ao se aplicar questionários há um deslocamento de pessoas cis para pessoas trans.

Na visão de Favero (2020), a ética pajubariana é, sobretudo, um modo de questionar quais são as aberturas, ou melhor, quais são os “desaquecimentos”, que um campo dispõe às travestis intelectuais. Identificar os espaços são negados a elas, os limites impostos na produção de um texto e o tipo de conhecimento considerado academicamente relevante e se a presença de elementos emotivos implica em romper com o rigor da ciência. Ela reforça que reivindicar a ética do pajubá consiste em romper com a neutralidade cisgênera. Para Favero (2020, p. 19), trata-se de um exercício epistemológico em que “deslocar-se da posição de pesquisadas para a de pesquisadoras tem sido uma cláusula para as travestis universitárias”. Ela explica que não se trata de

¹⁰ “Aquendar”, na sociabilidade das travestis e mulheres trans, costuma dizer respeito ao processo de “trucar” o próprio genital com alguma roupa íntima apertada. Em alguns contextos, todavia, “aquendar” vai dizer respeito a perceber algo. “Aquenda isso, mona!” – seria uma sentença facilmente traduzida como “veja isso!” ou então “esconda isso!”. Já o termo “trucar” pode significar conservar, guardar, enganar. (FAVERO, 2020, p. 15).

descartar o relato, como se não pudesse ser condutor de reflexões, mas de “manter a tensão vigente entre a sua performatividade (estamos fazendo algo com a memória) e o risco de sua cristalização (ser vulnerável não é necessariamente o mesmo que ser vítima)” (FAVERO, 2020, p.20).

3 Comunicação Eleitoral e o *Instagram* como rede social estratégica

Desde as eleições de 2016, com maior intensidade, a *internet* e as redes sociais passaram a ser estratégicas para as campanhas eleitorais.¹¹ Com o ciberespaço, os candidatos, com menor poder aquisitivo e não vinculados a grupos econômicos e oligarquias políticas, passaram a ter mais chances de se apresentarem, como nas redes sociais. Tais mudanças devem ser entendidas a partir de um debate amplo, que envolve a midiaticização e os processos sociais relacionados à consolidação da *web 2.0*.

Pinheiro (2009) destaca que, sob a ótica dos princípios da democracia digital, entende-se que há interface cultural vinculando homem e tecnologias. Ademais, as mídias digitais promoveram transformações sociais e culturais, gerando novas perspectivas na relação entre emissor e receptor. Se as mídias tradicionais sempre foram pautadas por uma relação mais verticalizada, focada no poder dos emissores, com as mídias digitais, há uma mudança, em determinados casos, em que se vislumbra uma horizontalidade nas relações entre quem produz, quem recebe e quem compartilha. Na análise das postagens de Salabert, há mensagens com forte adesão e engajamento por parte do público, com grande número de curtidas e de comentários favoráveis.

Há a transição de uma “sociedade dos meios” para uma “sociedade midiaticizada”, mudando os papéis do emissor e do receptor. Hoje, um internauta produz conteúdos, compartilha e interfere no processo comunicacional. Torna-se quase obrigatória a presença nas redes sociais, principalmente para conquistar capital simbólico. Mas há que se levar em conta, que, num país com altos índices de exclusão social e baixa participação política, as mídias digitais não transformam um quadro social. Há limites da democracia digital, porque parte da população está excluída do acesso à *internet*.

¹¹ Em 2015, a legislação eleitoral passou por novas alterações com a promulgação da Lei nº 13.165, prevista para entrar em vigor nas eleições municipais de 2016. O Congresso Nacional aprovou essas alterações, reduzindo o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), de 45 para 35 dias, e a duração, que caiu de duas inserções de 25 minutos para apenas dez minutos. Em 2017, aconteceu outra alteração com a Lei Minirreforma Eleitoral, a Lei nº 13.488/2017, e a Emenda Constitucional nº 97/2017, que proibiu, por exemplo, coligações para as eleições proporcionais para cargos do Poder Legislativo (vereadores e deputados federais e estaduais).

Marcilene Andrade (2020) discute o *Instagram* como um espaço, principalmente, de busca de uma visibilidade permeada pelo *glamour*, em que as pessoas buscam “vender” a imagem de um mundo idealizado distante dos problemas do cotidiano. No caso das estratégias de campanha no *Instagram* de Duda Salabert, entende-se que o espaço de interação (curtidas/comentários) sinalizou temáticas com mais engajamento. O *Instagram* foi aperfeiçoado e criou uma nova ferramenta, que, além do compartilhamento de fotografias, permite ao usuário compartilhar vídeos. A rede social possibilita várias formas de interação entre os internautas, como criação do perfil, postagem de fotos e vídeos, *likes*, notificações e comentários: “A dinâmica de funcionamento do *Instagram* torna a plataforma mais atraente, possibilitando ao indivíduo ficar mais conectado com o mundo virtual” (ANDRADE, 2020, p. 25). Duda Salabert não focou no *glamour*, mas buscou fortalecer a sua imagem, para fugir de estereótipos vinculados às trans, de posturas consideradas excêntricas ou exageradas.

O *Instagram* pode ainda ser um espaço performativo. Conforme explica Andrade (2020), realizar performance, nas artes, é colocar tal talento num show, peça, dança etc. Já, no cotidiano, realizar “performance” é exhibir-se, chegar a extremos, traçar uma ação para despertar a atenção dos que assistem. No século XXI, com as mídias digitais, as pessoas têm procurado utilizar as redes para fazer “performances”. Segundo Andrade (2020), compreende-se que performance é amplo e permite analisar o comportamento das pessoas no cotidiano. Duda acionou o *Instagram* como espaço de performance voltado para sua atuação política e defensora das minorias, como a população trans.

4 A trajetória de Duda Salabert: a primeira deputada trans da história do país

Duda Salabert Rosa, hoje com 42 anos, nasceu em Belo Horizonte, é professora de Literatura, ambientalista, ativista de causas ligadas às minorias, como em defesa do público LGBTQIA+, e vereadora da capital mineira. Quanto à sua história de vida, Duda viveu socialmente como pertencente ao gênero masculino até 2014, quando passou a se assumir mulher. Casada desde 2011 com Raísa Novaes, que também é educadora, estão juntas desde 2006 e tiveram a primeira filha, Sol, em 19 de junho de 2019.¹²

¹² Na gravidez de Sol, Duda teve que interromper o tratamento hormonal da transição de gênero. Na época, conseguiu sua licença maternidade e ficou afastada do trabalho por 120 dias, mesmo não sendo gestante ou lactante, tido como uma vitória para o movimento transgênero. Duda não precisou judicializar o pedido, pois o Colégio Bernoulli não recusou a petição. Foi reconhecida como mãe de Sol e teve o tempo necessário para ficar com o bebê. Não se sabe de outra mulher trans que tenha conseguido esse

Atuou como professora de Literatura no Colégio Bernoulli, em Belo Horizonte, de 2007 a 2021, quando foi demitida, na polêmica que envolveu denúncias de transfobia por parte da escola, já que a sua saída atendeu pedidos de pais de alunos, que passaram a vê-la nas aulas remotas no período da pandemia da Covid-19.¹³

Quanto à carreira política, Duda foi candidato ao Senado em 2018 pelo PSOL, obtendo 351.874 votos (1,99%), ficando em oitavo lugar. Em 2020, foi eleita a vereadora mais votada de Belo Horizonte, pelo PDT, com 37.613 votos (11,9%), dentre os 41 ocupantes do Legislativo da capital mineira. Elegeu-se deputada federal em 2020 com mais de 208 mil votos, sendo a terceira mais votada em Minas Gerais. A visibilidade de Salabert têm incomodado os setores mais conservadores da sociedade brasileira, ainda mais num momento de forte polarização com a força da extrema-direita, vinculada ao bolsonarismo. A pauta de costumes é um dos pontos de atrito, já que os conservadores fazem campanhas agressivas contra o que eles chamam de “ideologia de gênero” na escola. Os movimentos sociais, por sua vez, têm atuado e se fortalecido na defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+.¹⁴

No entanto, a violência contra trans ainda é muito recorrente no Brasil. No caso de Duda Salabert, tem sofrido transfobia e ameaças de morte. Desde 2020, a situação agravou-se, quando a vereadora denunciou ter recebido uma mensagem via *e-mail* com ameaças de morte contra ela e a família. Na campanha de 2022, ela voltou a receber novas ameaças de morte de grupos neonazistas, tendo registrado uma denúncia na Polícia Civil em 1º de agosto de 2020. Ela divulgou o conteúdo do *e-mail* nas redes, cuja mensagem faz referência à perda do emprego. Em decorrência das constantes ameaças e do clima de intolerância no Brasil, em 2022, Duda adotou medidas preventivas e, em suas viagens, usava colete à prova de balas escoltada por seguranças.

direito. Duda, para evitar a imposição de gênero, escolheu um nome neutro para a criança, tendo sido registrada como tendo duas mães.

¹³ Em nota, o Colégio Bernoulli afirmou que a demissão ocorreu em função da incompatibilidade do cargo público da professora com a dedicação que a instituição esperaria dela. Mas, como já havia passado um bom tempo de sua eleição como vereadora e Duda não via problemas em conciliar a profissão de professora com o cargo de vereadora, a justificativa da escola não foi muito bem interpretada. Ver <https://www.otempo.com.br/politica/vereadora-duda-salabert-anuncia-demissao-do-bernoulli-e-alega-preconceito-1.2444237>

¹⁴ Na esfera da mídia, hoje, mesmo na TV Aberta, busca-se romper com a visão estigmatizada e tenta-se dar maior representatividade ao público LGBTQIAPN+, inclusive com personagens que marcaram época, como a personagem Ivana, interpretada por Carol Duarte, em 2017, na novela “Força do Querer”, que interpreta uma trans, que passa pelo processo de mudança de sexo.

5 Estratégias de comunicação de Duda Salabert no *Instagram* na eleição de 2022

Para desenvolver uma análise das estratégias de comunicação de Duda Salabert (PDT), na sua disputa por uma vaga como deputada federal, optou-se por focar nas redes sociais, em especial o *Instagram*, que foi uma das principais plataformas utilizadas pela vereadora. Ao todo, ela tem 241 mil seguidores na rede e já fez 1.580 postagens desde que ingressou na plataforma. No *Instagram*, ela identifica-se como a “deputada federal mais votada da história de MG”, “a vereadora mais votada da história de BH”, professora de Literatura, vegana e mãe da Sol. Quanto à metodologia, além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental focou na coleta das postagens no *Instagram* de Duda, tomando como recorte o período de 31 de julho de 2022 (oficialização da candidatura de Duda a deputada federal) até 10 de novembro (comemoração da sua eleição, da vitória de Lula e da sua declaração de apoio ao petista no 2º turno). Por fim, foi feita a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), a partir das categorias de análise: (a) temáticas acionadas por Salabert e (b) formatos dos *posts*.

Em relação às temáticas acionadas por Duda Salabert, há ênfase na agenda socioambiental, com o maior número de postagens, conforme Quadro 1. Das 68 postagens, 17 são de questões socioambientais vinculadas à inclusão social (25%). Isso se explica por ser ambientalista, crítica em relação às mineradoras e o vínculo das empresas com o governador Romeu Zema e a ênfase na campanha “lixo zero”.

Quadro 1 – Temáticas mais acionadas por Duda Salabert na Campanha

Temática	Postagens	Percentual
1 Agenda Socioambiental	17	25,00%
1.1 Serra do Curral	04	
1.2 Campanha “lixo zero”	03	
1.3 Resumo da Semana: ênfase em pautas ambientais	02	
1.4 Crimes do rompimento das barragens em Mariana e Brumadinho	02	
1.5 Ecoalfabetização e outros temas	06	
2 Mandato como vereadora e campanha para deputada	09	13,23%
2.1 Resumo da Semana	04	
2.2 Propostas de campanha – 14 compromissos	02	
2.3 Projetos de leis (dignidade menstrual, intérprete de Libras e direito das crianças)	03	
3 Mensagem de engajamento do eleitor	07	10,29%
3.1 Campanhas em dobradinha com deputadas estaduais	03	
3.2 Convite à participação nas campanhas trans e lixo zero	04	
4 Violência política, ameaças de morte e discursos de ódio	06	8,82%
5 Cenas de Campanha	05	7,35%
5.1 Inauguração do Comitê	02	
5.2 Viagens, lançamento da campanha e encontro com trans e travestis	03	
6 Construção da imagem da candidata	05	7,35%
7 Pauta identitária em defesa da comunidade LGBTQIA+	04	5,88%
7.1 Parada do Orgulho LGBTQIA+	02	

7.2 Candidata Trans e Realidade Trans	02	
8 Atuação no governo de transição do Lula	03	4,41%
9 Depoimentos de apoio	03	4,41%
10 Tema Político – Educação	03	4,41%
11 Comemoração da vitória de Lula	03	4,41%
12. Outros temas (Família, ataques a Bolsonaro e reforma urbana)	03	4,64%
Total	68	100%

Fonte: elaborado pelos autores, 2023

A segunda temática nas postagens de Duda Salabert relaciona-se à sua atuação como vereadora e mensagens da campanha à deputada federal, com nove postagens (13,25%). Mescla-se a prestação de contas, ou *accountability*, em que Duda criou o post “Resumo da Semana” (informações da atuação no Legislativo e agenda de campanha). O terceiro tema é “Engajamento do eleitor”, com sete *posts* (10,29%). Em quarto, aparece, com seis mensagens (8,82%), “violência política e ameaças de morte”, que eram enviadas por *e-mail* ou em bilhetes deixados com falas agressivas.¹⁵ Com cinco *posts*, aparecem “Cenas de Campanha” e “Construção da imagem da candidata” (7,35% de cada). Salabert, na construção da sua imagem, frisou o fato de que, se eleita deputada federal, seria a primeira trans no Congresso Nacional. Ela fez apenas quatro posts sobre a população LGBTQIAPN+ (5,88%). A hipótese é de que o intuito era demarcar que, apesar de ser deputada trans, não faria um “mandato trans”, direcionado apenas a tal grupo. Disse que a sua atuação é ampla, ao abarcar, em especial, temas socioambientais.

Figura 1 – Duda Salabert no cinema com a filha Sol e a sua companheira Rá



Fonte: *Instagram*, Duda Salabert, 2022

¹⁵ Algumas ameaças nem foram tornadas públicas por envolver ataques à sua família, em especial à filha Sol, de apenas três anos, conforme afirmou Duda Salabert em suas postagens no Instagram.

Quanto aos **Formatos** mais acionados, percebe-se que a equipe de Duda Salabert trabalhou bem a sua comunicação eleitoral. Ao longo de mais de 60 dias, foram postadas 68 mensagens, revelando um uso equilibrado da plataforma. Há uma diversidade de formatos, oscilando entre vídeos, fotos, textos e duas *lives*, como mostra Quadro 2. Ao analisar os formatos e o número de curtidas e comentários, observa-se que o engajamento estava mais ligado ao conteúdo da postagem do que ao formato.

Quadro 2 – Formatos mais acionados e interação

Formato	Postagens	Percentual	Curtidas	Comentários
Vídeo	31	45,59%	382.564 (39,02%)	21.271 (48,36%)
Foto	18	26,47%	291.871 (29,78%)	8.011 (18,22%)
Texto	17	25,00%	277.191 (28,28%)	14.554 (33,12%)
Live	02	2,94%	28.615 (2,92%)	136 (0,30%)
Total	68	100,00%	980.241 (100,0%)	43.972 (100%)

Fonte: elaborado pelos autores, 2023

Os dados apontam que o vídeo foi o formato mais acionado (33 *posts* - 48,52%), sendo que a mensagem com maior engajamento foi a da Comemoração da vitória de Duda (77.619 curtidas e 10.200 comentários em 2 de outubro de 2022). “Fotos” foi o segundo formato mais usado (18 postagens, 291.871 curtidas e 8.011 comentários). A mensagem com maior engajamento foi sobre “violência política”, de 30 de setembro, quando Duda tornou público ter recebido cinco ameaças de morte

6 Considerações Finais

A partir do estudo sobre as estratégias comunicacionais da candidata Duda Salabert, compreende-se que a vitória da primeira trans para o Congresso Nacional significa um marco para a democracia brasileira, mas, paradoxalmente, revela outra faceta sombria sobre o país – a do conservadorismo, dos estigmas e de como se refletem disputas não somente de narrativas, mas o uso de formas coercitivas para tentarem calar o que significa o “diferente”, o que foge às regras impostas há séculos. É assim que se descreve o que Duda representa em termos de luta contra hegemônica de grupos minorizados numa frente de batalhas. A sua vitória, com mais de 208 mil votos, mostra a força de suas estratégias tanto políticas como comunicacionais.

O artigo suscita reflexões não somente no campo acadêmico, mas, principalmente, na dinâmica social. É um debate, que deve ser feito nas escolas, nas comunidades e nas famílias, em que se colocam em pauta questões desde o acolhimento às diferenças até a proposta de um novo modelo de sociedade, que se liberte da lógica

neoliberal excludente. Ressalta-se que, no século XXI, gêneros e sexualidades ainda são motivos para ameaças, agressões e assassinatos e um forte estigma ainda muito presente nos ambientes sociais numa sociedade patriarcal, machista, LGBTfóbica e racista.

O que isso diz respeito à Duda Salabert? O debate sobre gênero e transfobia remete à trajetória da deputada federal. Em sua rápida ascensão no cenário político, consagrou-se a primeira trans eleita para o Congresso Nacional. Representa, assim, a luta de milhões de brasileiros e brasileiras. Nesse contexto, o artigo discute a comunicação eleitoral e política de Duda Salabert. A agenda socioambiental foi o tema de maior presença, ligado ao caráter inovador da sua campanha “lixo zero”, que se pautou em não produzir nem um material impresso (santinhos, panfletos, adesivos e bandeiras). Duda saiu vitoriosa, num contexto político marcado pelo forte conservadorismo, principalmente em Minas Gerais. O seu capital político significa que há espaços para estabelecer embates e construir frentes de resistência.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. E. R. **Nome *sui generis***: o nome (social) como dispositivo de identificação de gênero. Belo Horizonte: Sociedade Mineira de Cultura; Ed. da PUC Minas, 2020.

ANDRADE, M. B. de. **Performance dos *Digital Influencers* no *Instagram***: um estudo sobre identidades e persona. 2020. 101 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

FAVERO, S. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. **Equatorial**, v.7, n.12, jan/jun de 2020, p.1-22

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&a, 1997.

PINHEIRO, E. Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo. Segurança pública no país continua a ignorar questões de gênero e 11 estados brasileiros não têm dados sobre LGTBI+fobia. **Brasil de Fato**, São Paulo, 23 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PINHEIRO, M. Subjetivação e consumo em *sites* de relacionamento. *In*: FUSER, B.; PERNISA JR., C. (Org.). **Comunicação e Tecnologias**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. p. 47-62.

SANTOS, T. A. **Toda escola deveria ter uma Parada do Orgulho LGBTQIA+ que ajudasse a sair do armário e a enfrentar o *Bullying* com motivação LGBTfóbica**. 2020. 135 p. Dissertação (Mestrado Profissional PROMESTRE) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.